

A INVISIBILIZAÇÃO DO POVO CABOCLO DE SANTA CATARINA: ALGUMAS PERMANÊNCIAS DA GUERRA DO CONTESTADO

Cristina Buratto Gross¹

RESUMO

Santa Catarina nos idos de 1912 foi palco de um dos episódios mais sangrentos da história desse país, a Guerra do Contestado. Os conflitos que duraram por 4 longos anos, deixaram permanências territoriais, econômicas e sociais no estado que podem ser percebidas contemporaneamente, por exemplo, no que neste artigo tratamos como invisibilização dos povos tradicionais, dos caboclos da região. Essa questão foi o ponto-chave de nossa tese de doutorado² e trataremos aqui como nosso principal objetivo, a invisibilização do caboclo do Contestado a partir da Guerra e também as resistências desse povo diante desses processos de aniquilamento de suas existências e cultura. Esse processo de invisibilização se dá concomitantemente e como resultado do processo de desterritorialização, que percebemos não ter se restringido ao período da guerra, mas também ao pós-guerra e infelizmente ainda está em curso, mudam-se os agentes e as estratégias, mas os atingidos são os mesmos.

Palavras-chave: povos tradicionais; desterritorialização; resistências.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) - crisburattom@gmail.com

² Tese de doutorado intitulada: os “escolhidos e os escorraçados”, os povos tradicionais e a formação sócio-espacial de Santa Catarina: rompimentos das invisibilidades de caboclos e caboclas do Contestado na serra acima, pescadores e pescadoras do litoral na serra abaixo. Defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, 2019.

Eixo 1: Geografia da Guerra do Contestado

INTRODUÇÃO

Durante o processo histórico da formação sócio-espacial do estado de Santa Catarina, a busca pelo desenvolvimento econômico foi pautada pela opção aos interesses das elites em detrimento de seu povo, da base que lhe deu alicerce. Isso é um “norte” do sistema capitalista, que aos poucos foi se engendrando pelo estado, assim como pelo mundo, e criando desigualdades sócio-espaciais já no cerne de suas formações.

Contemporaneamente o discurso sobre a identidade catarinense passa uma falsa impressão de unidade, isonomia, tanto em suas características econômicas, quanto sociais e populacionais, por isso a necessidade de desconstruí-lo, haja vista, que tanto em nossa pesquisa de mestrado³, quanto na de doutorado, percebemos que isso não condiz com a realidade. Essa falsa noção de homogeneidade também perpassa as características populacionais, onde o próprio estado difunde um discurso atrelado às políticas de branqueamento populacional empregadas em alguns períodos da história nacional⁴ e estadual. Tal discurso ainda é percebido, especialmente através da mídia e das campanhas submetidas ao turismo no estado, que tentam vender uma imagem vinculada ao “padrão europeu”, tanto dos lugares e paisagens, quanto da população, além da difusão do discurso da eficiência “desse” povo ao labor, do “povo ordeiro” que trouxe o desenvolvimento a Santa Catarina.

Discurso esse que somado ao encobrimento dos fatos históricos que destituíram os povos tradicionais de seus territórios, como a Guerra do Contestado, fez com que os mesmos fossem

³ Em nossa dissertação de mestrado intitulada: “O território da pesca artesanal da colônia z4, Barra Velha, SC: o paradoxo entre a tradição e a modernidade”; pesquisamos sobre as transformações ocorridas nas tradições da pesca artesanal e a desterritorialização da colônia de pescadores Z4, do município de Barra Velha/SC. Barra Velha que é vizinho a Penha, ora abordado nesta tese e que compartilham de diversas características sociais, históricas e econômicas.

⁴ Especialmente o período de 1870 a 1914, período em que o evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social, com viés eugenista, influenciaram muito o pensamento brasileiro (CARVALHO, 2005), mas também nos referimos ao período em que Vargas (1930-1945) promoveu políticas de incentivo a imigração de europeus e ao branqueamento da população.

invisibilizados pela história oficial, bem como fora negada a sua importância dentro dos processos históricos e da formação sócio-espacial de Santa Catarina. Haja vista que enquanto “grupos subalternos”, seu trabalho na lida cotidiana mesmo que gerando excedentes e estando em equilíbrio em relação aos seus lugares e as suas necessidades, não fora valorizado ou considerado, pois as “rodas” dessa engrenagem sempre precisam de mais ‘energia’ para se mover e àqueles que não acompanham o seu ritmo e sua voracidade restam as perdas, as espoliações, explorações e/ou a luta.

Desse modo, consideramos importante destacar que entendemos como formação sócio-espacial o movimento de produção da sociedade ao longo do tempo no espaço geográfico, nesse processo estão imbricadas as relações de produção e reprodução sociais espacialmente organizadas, “trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial” (SANTOS, 1982, p. 10). Consideramos que tal categoria seja pertinente para nossas análises, pois concordamos que ela nos dê a possibilidade de conhecer “uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de evolução” (SANTOS, 1982, p. 12), num dado momento histórico.

Desse modo, entendemos que para se compreender a gênese, a materialidade e a imaterialidade atual de um determinado espaço geográfico, é preciso buscar na sua origem, os fatos e processos decorrentes dos movimentos da sociedade que resultaram nesse presente analisado. Diante de tais aspectos, é que optamos por trabalhar metodologicamente com a categoria da formação sócio-espacial, pautada, especialmente em Milton Santos (1977, 1982), a fim de, descortinar os processos de desterritorialização e invisibilização ocorridos na região catarinense conhecida como Vale do Contestado, mais especificamente no Vale do Rio do Peixe e município de Lebon Régis – SC, processos que consideramos decorrentes ou permanências da Guerra do Contestado. Importante nesse caso apontar também que para nós:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de formas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão sócio-espacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização sócio-espacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Nesta perspectiva é que pensamos tais processos em nosso trabalho, a desterritorialização de populações tradicionais (e não só delas), como uma forma de “exclusão sócio-espacial”, de invisibilidade que reflete o *modus operandi* desse sistema, e essas desterritorializações e desigualdades sócio-espaciais decorrem, e são de certa forma, reguladas pelas estruturas desse sistema, que se enquadram como meios de reforçar e reproduzir o Capital e o poder das classes dominantes, seja por via da exploração do trabalho ou dos territórios dos grupos dominados.

A Guerra do Contestado: permanências e resistências

A região do planalto catarinense fora colonizada efetivamente em um período após o litoral do estado, apesar de ela já ter sido incursionada eventualmente por alguns grupos, especialmente pelos bandeirantes à caça de indígenas e gado. Como apresenta Ehlke (1973, p. 33):

Enquanto o litoral já havia recebido apreciável concurso povoador, o planalto catarinense antigo “Sertão de Curitiba”, até 1766 – ano da fundação de Lages -, haveria de permanecer oficialmente despovoado, muito embora penetrações já ali viessem sucedendo há mais de um século.

“Oficialmente despovoado” considerando a visão e o discurso da coroa naquele período, pois, muitas etnias já habitavam esse território, especialmente os Kaingang que possuíam maior número, mas também os “Botocudos, Gualacho, Guañana, Guanaó e Iratin” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 105). A colonização pela coroa portuguesa tem seu início efetivo com a abertura de novos caminhos para as tropas que tinham o intuito de vasculhar a região em busca de gado vacum, muares e cavalos que andavam soltos pelas áreas de campos, com a função de abastecer os mercados das Minas Gerais. Desse modo, “a coroa portuguesa investiu na abertura de longos caminhos que partiam do centro da colônia em direção ao Prata” (Id., 2002, p.105).

Os indígenas que resistiram à captura pelos bandeirantes acabaram servindo de mão de obra aos primeiros fazendeiros da região e aos tropeiros, e diferentemente do ocorrido no litoral, desde o início de sua formação sócio-espacial foram associados os grandes latifúndios com a pecuária. Pelo fato de terem um contingente maior de indígenas nessa região, o processo de miscigenação e/ou branqueamento, também foi maior e mais contundente, dando início a outra

formação étnica que é o povo caboclo. População que resultou dessa mistura entre o europeu, os negros africanos e as populações originais de diversas etnias.

Para Fraga (2017, p. 110) o tropeirismo foi fundamental na estruturação social e econômica do planalto catarinense, pois através dele surgiram (inicialmente) as vilas de Campos Novos, São Joaquim, Curitibanos e Lages, que se tornaram cidades fundamentais na formação sócio-espacial catarinense. Ainda sobre o papel exercido pelos tropeiros neste período, Fraga (2017, p. 110) também acrescenta que esse movimento pode ser percebido de:

diferentes maneiras: o abastecimento da região mineradora e outras, sem os quais a exploração das jazidas seria impossível; a ocupação da região interior do Brasil, contribuindo para consolidar o domínio português, ao mesmo tempo em que fundaram diversas vilas e cidades. O comércio de animais foi determinante para integrar efetivamente o sul ao restante do país.

Além também de promover a integração das regiões por onde passava e interligar locais mais afastados das já existentes cidades e vilas, e serem responsáveis e ou facilitadores de trocas culturais e de informações por onde passavam (Id., 2017).

Das vilas que foram sendo criadas ao longo desses caminhos de Santa Catarina, Lages foi a primeira a despontar, pois a presença dos campos naturais facilitou a criação de gado, surgindo ali algumas estâncias com essa finalidade, logo a vila adquiriu certa centralidade, em “1840 já possuía um número expressivo de fazendas de criação de gado” (HÜBENER; PIAZZA, 1997, p. 84). Nessas fazendas a mão de obra era de escravos nos serviços domésticos e basicamente as atividades pastoris eram realizadas por caboclos/agregados que tinham suas pequenas roças nos fundos de pastos dos fazendeiros. Sobre tais relações Silva observa que:

A estrutura social do Planalto Catarinense, em virtude da predominância da pecuária e conseqüentemente do latifúndio, compreendia até o início da República a presença de personagens tais como: o coronel - fazendeiro, lavradores, criadores ou meio fazendeiros, agregados, peões e o posseiro também chamado de intruso. A complexa relação de dominação-subordinação que envolvia, de um lado coronéis-fazendeiros e, de outro, os agregados, relação esta escamoteada pelo "compadrio", permitiu, pelo menos durante a Colônia e o Império, a manutenção de um certo equilíbrio social, ou melhor, impediu a explicitação dos conflitos sociais existentes (SILVA, 1983, p.03).

Esse “equilíbrio” se manteve pelo tempo em que tal situação era a mais favorável para os coronéis da região, a partir do momento em que surgem novas perspectivas de lucros maiores com a entrada do capital estrangeiro via empresas colonizadoras, como a Lumber, por exemplo, esse falso equilíbrio é rompido. E as relações de subserviência dessas populações já não são mais tão interessantes. Vinhas de Queiroz (1966, p. 42-43) afirma que dentre as classes percebidas nesse período, os coronéis eram os que detinham maior poder político e econômico, mas também existiam o que ele chama de “camponeses ricos” que eram em grande parte “pequenos criadores, determinados empreiteiros do mate e [...] ainda alguns lavradores na lavoura de fumo”, existiam classes medianas dentre os mais abastados, mas mesmo assim o autor ressalta que:

Era nítida dentro da classe dos grandes proprietários de terras a separação entre a camada superior, a dos coronéis – que em geral eram os homens mais ricos de cada município e monopolizavam o poder político –, e os demais fazendeiros, que àquele tempo e naquela área nem sempre tinham a propriedade de suas terras, mas apenas a posse. Estes últimos, quando muito eram capitães e não coronéis da Guarda Nacional, e seu comportamento foi bastante diverso durante a guerra sertaneja. Ao lado das classes e camadas rurais, é preciso considerar aquelas que existiam nas vilas e cidades da região. Ali sob o poder político dos coronéis e muitas vezes entrando em conflito com eles, havia uma incipiente burguesia comercial e manufatureira (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 43).

Além desses sujeitos também existiam “artesãos”, “caixeiros” e “trabalhadores braçais” e segundo Vinhas de Queiroz “essa gente dos burgos, de tendência oposicionista e radical, teve também o seu papel na Guerra do Contestado (idem).

Segundo Peluso Jr. (1991) em estudo realizado nessas fazendas da região de Lages, os trabalhadores (chamados por ele de “agregados”) ligados às atividades pastoris não recebiam salários, eram pagos pela lida com o gado, com um pedaço de terra para morar, plantar e criar alguns animais, só recebiam algum pagamento se realizassem serviços além dos realizados com o gado do fazendeiro. Sobre a situação dos caboclos ou agregados, Peluso Jr. (1991) destaca que:

A existência do agregado na região remonta à origem do povoamento do planalto catarinense. Os paulistas que o realizaram trouxeram em sua companhia agregados e escravos para a lida no campo, em geral mestiços os primeiros, e os segundos, pretos. A abolição da escravatura (1888) tornou agregados os escravos que permaneceram nas fazendas, e atualmente persiste a diferença racial entre os



membros das fazendas: os proprietários são brancos, e os agregados, mestiços e pretos (PELUSO JR., 1991, p. 111).

Outro ponto importante dessa relação é que além de mão de obra para a pecuária exercida pelo fazendeiro, os agregados, ou para nós, os caboclos, é quem forneciam alimentos para o mesmo e seus familiares, cultivavam parte da terra com milho, trigo, feijão etc. e forneciam ao proprietário das terras.

Nessa divisão do trabalho, durante o período escravocrata, nessas fazendas do planalto catarinense, os escravos ficavam com os serviços domésticos, o que pode levar a uma falsa impressão sobre a sua representatividade na sociedade deste período, porém, Marcon (1999) esclarece que apesar de sua invisibilidade, os negros e caboclos eram quase a metade da população do Planalto Serrano, no final do século XIX chegavam a 45,2% do total de habitantes. Auras (1991) relata que até mesmo o trabalho exercido pelos peões, que eram “homens livres”, também não era remunerado, muito raramente recebiam pagamento quando exerciam alguma outra função que não a da lida cotidiana com o gado. Essa que lhe ocupava quase todo o tempo era feita em troca da moradia nas terras dos coronéis.

Esta população cabocla vivia nos fundos de pastos das grandes fazendas e ali tinham suas pequenas roças e alguns animais para criar, isso em troca de seu trabalho nas fazendas, por isso é que alguns autores colocam que o período não era ainda capitalista, pois não existia proletariado. Sendo assim, o que existia no Brasil nesse período era uma “economia mercantil-escravista cafeeira nacional” (GOULARTI FILHO, 2002, p.109). A formação espacial da região era basicamente dividida entre os grandes coronéis latifundiários e o restante das terras era ocupada por posseiros (caboclos), como descreve Brandt (2007):

No planalto de Santa Catarina se estabeleceu desde fins do século XVIII uma significativa parcela de pequenos e médios sítiantes, na maioria posseira, que viviam às margens dos latifúndios pastoris das áreas de campos naturais. Sua fonte de renda básica estava relacionada à agricultura de subsistência e ao uso da terra e de recursos em comum dos campos, pinheirais e ervais nativos (BRANDT, 2007, p.7).

O uso da terra realizado pelos posseiros/caboclos tinha caráter coletivo, não tinham o costume de cercar as áreas que ocupavam e a criação de animais também se dava assim, criavam

porcos soltos sob os pinheirais (Id., 2006), além da extração da erva-mate, vegetação associada à mata de araucária.

Tanto os coronéis, quanto os caboclos dependiam dos tropeiros para efetuar trocas de mercadorias e/ou vendas. O coronel escoava seu gado via intermédio deles, tinham total dependência comercial dessa rede. Fraga (2017) explica que o que fez movimentar esse período e as tropas foi a intensificação da mineração nas Minas Gerais e as necessidades geradas por esse processo, principalmente alimentos e animais para o transporte do que era produzido nas minas. Essas populações tinham certa autonomia, pelo distanciamento com outros centros não poderiam depender de muitos produtos de fora, mesmo para os fazendeiros os únicos produtos que dependiam de outros mercados para comprar eram “o sal e o ferro” (QUEIROS, 1966, p. 23).

Além de promover a integração regional e movimentar a economia de todo o interior do sul do Brasil o tropeirismo também atuou no “estabelecimento das fronteiras meridionais, entre portugueses e espanhóis, que tinham pretensões no extremo sul, mais precisamente na colônia de Sacramento” (FRAGA, 2017, p. 111). E seu declínio só ocorre na metade do século XX, e com a “decadência advinda da modernidade e da relação custo-tempo fez surgir, no final do século XIX, a ideia de uma ligação ferroviária unindo a região das tropas (...) dando início ao segundo grande ciclo da região” (FRAGA, 2017, 114).

Segundo Vieira e Pereira (1996) outra frente de colonização que avançou em direção ao oeste do planalto, no período após a Guerra do Contestado, fora a de imigrantes originários dos núcleos coloniais de alemães e italianos do Rio Grande do Sul, que compraram glebas⁵ para introduzir uma agricultura já voltada ao mercado interno, que estava se ampliando e gerando essa demanda por gêneros alimentícios, a fim de atender aos núcleos urbanos do período, diferente da região de Lages, esta pequena produção mercantil era pautada por minifúndios.

Essa frente de colonização do Vale do Rio do Peixe, com o incentivo da vinda de descendentes e colonos alemães, também teve caráter estratégico (além do branqueamento da população, como trataremos a frente), já que a colonização dessa região ainda era pouco intensa, mas a pressão feita pela Argentina sobre as fronteiras foi contundente nesse processo. Heinsfield

⁵ Da empresa, principal causadora do conflito que desencadeou na Guerra do Contestado, a colonizadora Southern Brazil Lumber and Colonization Company.

(1996, p. 385) explica que nas últimas décadas do século XIX “a Argentina reivindicou uma área brasileira de aproximadamente 30.000Km². Esta disputa territorial foi levada ao arbitramento internacional, quando o então presidente norte-americano Groover Cleveland deu ganho de causa ao Brasil”. Com esse arbitramento de Cleveland resolveu-se a questão do conflito com a Argentina, porém na área **contestada** outro conflito surge entre Paraná e Santa Catarina, também pela disputa entre ambos sobre a quem pertenceria essa região, bem como, as riquezas naturais (madeiras e ervais que eram considerados o “ouro verde” da época), os impostos e encargos gerados por ela. Esse era um dos pontos dessa disputa, que é aguçada após ser definida a fronteira brasileira com a Argentina, já que os dois estados viam vantagens em tomar posse daquelas áreas. Auras (1984, p. 26-27) esclarece que:

A Constituição de 1891 assegurava aos Estados o direito, dentre outros, para decretar impostos sobre exportações de mercadorias de sua própria propriedade e sobre indústrias e profissões. O problema foi submetido ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, dá ganho de causa a Santa Catarina. Como o Paraná interpôs recurso a tal decisão, volta o Supremo Tribunal Federal a pronunciar-se, em 1909, novamente favorável a Santa Catarina. Ainda um terceiro e último pronunciamento se verifica, em 1910, quando aquela corte rejeita os embargos propostos por Rui Barbosa, que advogou a causa paranaense. Face à intransigência do Paraná, a questão arrasta-se até 20 de outubro de 1916, quando os governadores de ambos os estados, Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR), mediados pelo presidente da República Wenceslau Bráz assinam um acordo, findando o prolongado litígio e estabelecendo os limites atuais entre as partes até então discordantes.

Importante destacar que o acordo final dessa disputa entre Paraná e Santa Catarina só irá acontecer depois do final da Guerra do Contestado, fato que marcou definitivamente a região contestada, pela barbárie e pelas milhares de mortes ocorridas durante o período de 1912 a 1916.

Após a delimitação das fronteiras internacionais, com o intuito de fixar de vez as fronteiras com a Argentina e ocupar as terras brasileiras é que se iniciará uma nova etapa da formação sócio-espacial catarinense. Com o discurso de facilitar a vinda de imigrantes, especialmente do Rio Grande do Sul e fixa-los efetivamente na nova região, bem como proporcionar uma forma de transportar mercadorias que seriam por eles posteriormente produzidas, além de fortalecer as redes de comunicação e transporte no sul do país é que se integra ao processo de incentivo a migração à construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Esses imigrantes precisavam de terras para produzir, já que sua principal ocupação era a agricultura, e a questão da disponibilidade de lotes também estava, em grande parte, vinculada à ferrovia, haja vista que a empresa responsável por sua construção ganhou do Estado a concessão das terras que margeariam a nova ferrovia (THOMÉ, 1992). A empresa que assumiu a construção da ferrovia em 1888, a *Brazil Railway Company*⁶, sob a direção de Achilles Stengel, levou então dois anos para construir o trecho de União da Vitória a Marcelino Ramos, atravessando de Norte a Sul o vale do Rio do Peixe (QUEIROZ, 1966), a empresa ainda recebeu uma concessão de terras do Governo Federal para pagar pela construção da estrada, que correspondia às terras do entorno do eixo principal da estrada. Sobre as condições para essa apropriação das tais terras concedidas, Queiroz (1966) relata que:

A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isto, mas também pela subvenção quilométrica, o traçado se desdobrava em exageradas sinuosidades. Desse modo a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais (QUEIROZ, 1966, p. 71).

Necessário também destacar que essa concessão não respeitava a Lei de Terras de 1850, que proibia a aquisição de terras devolutas, com exceção de que fossem compradas. Segundo Queiroz (1966) a empresa teria ainda reclamado de que haviam pessoas ocupando as terras que lhe foram concedidas, e o governo do Paraná autorizou a retirada desses sujeitos, caboclos da região, pois reafirmou a posse dessas terras para a empresa. Também é notório que a empresa não obedeceu aos limites estabelecidos abocanhando uma área maior de terras, e para aqueles que se manifestassem contrários a posse da empresa, era usado o “corpo de segurança”, um grupo de cerca de 200 homens que inicialmente eram encarregados de expulsar ou deter possíveis revoltosos (Id., 1966). Sobre esse “corpo de segurança”, Fraga, (2006, p. 183 – 184) coloca que:

⁶ Como declara Queiroz (1966, p. 70) em 1908 “o engenheiro Achilles Stengel, nomeado superintendente dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande montou acampamento em Calmon, em plena zona contestada, e ali pôs em funcionamento o escritório central da obra. (...) Até aquela época a concessão da estrada pertencia a uma companhia francesa, mas esta cederá os seus direitos à *Brazil Railway Company*, organizada na cidade de Portland, Estado do Maine, EUA. Em pouco tempo, a *Brazil Railway* além da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, controlava toda a rede ferroviária gaúcha, geria a Sorocabana, possuía vultosos interesses na Paulista, na Mogiana e na Madeira Mamoré, obtinha os direitos da Vitória – Minas, dirigia a *Port of Pará* no extremo norte e a Companhia do Porto de Rio Grande, dispunha de armazéns frigoríficos e indústrias de papel, empresas pecuárias, madeireiras, de colonização, etc. Esse *Trust* era administrado no Brasil por Percival Farquhar”. Por isso a empresa também era conhecida como “Sindicato Farquhar”.

Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a Lumber organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça Brasileira, conhecido como “corpo de segurança da Lumber”. Causou verdadeira guerra de expulsão, perseguição, tortura e mortes no sertão contestado. Fortemente armado, o grupo vasculhava os pinheirais da empresa para varrer, expulsar e matar. De ambos os lados pessoas morreram, outros sobreviveram, mas isso foi apenas o começo daquela que seria a maior guerra camponesa do Brasil.

Esse comportamento predatório da empresa em agir de forma violenta contra os caboclos que ocupavam aquelas terras há gerações foi um dos estopins da guerra, a Lumber assim como os coronéis e os Governos estaduais e federal são coautores das “mais de 30 mil mortes desse conflito” e do quase extermínio dessa população e do seu modo de vida (FRAGA, 2017).

Em relação aos caboclos da região do Alto Vale do Rio do Peixe sabemos que, o principal evento que os destituiu de seus territórios tradicionais⁷ foi a Guerra do Contestado, episódio violento, onde grande parte dessa população foi dizimada, exterminada, como bem relata Fraga (2006, 2009, 2017), e hoje ainda vive os desmembramentos dessa guerra, a fome, a pobreza, o descaso do Estado, entre outros. Sobre a guerra do Contestado Galeano observa o que consideramos um dos principais motivos, as terras:

As terras eram um estupendo negócio adicional: o fabuloso presente concedido em 1911 à Brazil Railway significou o incêndio de um sem número de cabanas e a expulsão ou a morte das famílias camponesas assentadas na área da concessão. Esse foi o gatilho que deflagrou a rebelião do Contestado, uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil (GALEANO, 2014, p. 282).

Desse modo, consideramos que seja essencial ao falar da população da região do Contestado, de Lebon Régis, rememorar a Guerra, a luta desse povo por sua vida e consequentemente por sua terra, sim, pois para eles, assim como o é para todas as populações tradicionais, a terra e seu território são sinônimos de vida, pois ambos estão entrelaçados, imbricados e representam o Ser. O ser caboclo! Especialmente sobre o caboclo do Contestado também nos pautamos em Pasa (2016) quando ele coloca que:

⁷ Sobre o conceito de território, mais voltado a perspectiva dos povos tradicionais coadunamos com Diegues (1999, p. 25) onde o território “pode ser uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes”.



Havia um povo, humilde e simples. Morava na região do planalto serrano catarinense, da cor do pinhão da araucária, árvore nativa da região. Seu sistema de vida era a cultura de subsistência, plantavam nas terras férteis e moravam em casas simples, construídas por suas próprias mãos. Extraíam a erva-mate para manter a roda de chimarrão e vender um pouco como fonte de renda (PASA, 2016, p. 06).

Caboclo a priori é o nome dado à população resultante da miscigenação entre europeus e indígenas. Darcy Ribeiro em sua obra “O Povo brasileiro” trata dos principais aspectos relacionados a esses sujeitos, especialmente aos habitantes da Amazônia. Já o caboclo do Contestado é o sujeito resultante da mistura étnica entre indígenas, homens brancos e negros que por diferentes motivos aportaram na região, no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, onde foram se fixando, criando suas famílias e construindo um modo de vida tão rico e diverso, que ora analisamos.

Schüller Sobrinho (2000, p.13-14) em sua tese sobre a origem do povo caboclo do Contestado inicia seu texto questionando de onde teria vindo tal contingente populacional? Já que se sabe que cerca de 20 mil pessoas teriam morrido na guerra, dentre elas homens, mulheres e crianças (ver figura 01), “com certeza não teriam caído do céu”, argumenta ele antes de responder ao próprio questionamento:

Não eram índios, mas sim caboclos. Que tipo de etnia era esta? Existe esta etnia? Veremos, pois o homem do Contestado aí está. É só percorrer parte do Norte, Meio-oeste, o Oeste, planalto meridional e setentrional do estado catarinense e olhar com a visão crítica antropológica; é observar com a lente etnológica. Evidentemente, este homem, durante séculos, perdeu sua identidade étnica, produto de miscigenação entre si mesmos, europeus, eslavos, orientais, africanos, entre outros, formando uma combinação de n elementos m a m . Este homem, o caboclo, no período de 1550 a 1912, data em que começou o conflito, já era miscigenado, entre árabes, berberes, maragatos e visigodos da Península Ibérica, visigodos vindos para o Brasil e outros nascidos na Terra de Santa Cruz, negros escravos e outros já nascidos brasileiros, índios carijós, guaranis e, principalmente, Xokleng que habitavam as terras serranas, cobertas e recobertas de pinheirais e de ervateiras. (...) o homem da cor do pinhão (SCHÜLER SOBRINHO, 2000, p. 13-14).

O autor também destaca que é difícil fazer uma leitura linear sobre a história e a formação deste povo, haja vista que era uma região povoada pelos povos originários há milhares de anos, e também era passagem de outros povos nômades que circulavam por ali indo em direção ao litoral,

na contemporaneidade temos consciência de que existia um contingente populacional expressivo e que este tinha seus fluxos, suas redes, faziam trocas e circulavam pelo território das Américas sem a opressão das fronteiras, divisas e cercas da propriedade privada ao modo dos europeus. Segundo Schüler Sobrinho (Idem) a região também teria recebido indivíduos que fugiram de outros conflitos anteriores ao Contestado, como por exemplo a Revolução Farroupilha (1835-1845) e daí teria vindo o modo de reagir e lutar dos caboclos.

Figura 01 – Caboclos aprisionados na Guerra do Contestado



Fonte: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_mariazinha/guerra-do-contestado.html

Para Pereira (1966) por conta do abandono legal dessa região por parte do Estado Nacional, consequência, primeiro da indefinição de suas fronteiras e pela disputa desta área entre Argentina e Brasil, que só se resolveu com a interferência de Grover Cleveland (então presidente dos Estados Unidos) a favor do Brasil em 1895. E segundo, pelas disputas internas entre Santa Catarina e Paraná, que só findaram em 1916, após a Guerra.

Essa indefinição sobre a jurisdição dessas áreas fez com que os seus habitantes desconhecassem o poder e o papel do Estado, já que segundo esse autor, o mesmo não se fazia presente, com exceção de pequenos postos fiscais para a cobrança de impostos, ora realizadas por um lado, ora por outro lado. Mas estruturas como estradas, postos de assistência à saúde ou a educação, simplesmente não existiam. Nem a Igreja estava presente nesses locais, o povo vivia a

própria sorte e foi se adaptando em suas comunidades, criando suas formas de convívio e de solidariedade.

Autores como Fraga (2012, 2016), Welter (2007), Machado (2011) entre outros, nos reportam uma imagem do caboclo como um sujeito em equilíbrio com seu meio, tanto social, quanto ambiental, dentro de uma simplicidade que lhe é característica e que difere do modo de vida capitalista urbano e rural do período pré-guerra.

Respaldados por parte da substancial bibliografia existente sobre a Guerra do Contestado e de conhecimento das duas⁸ principais vertentes que debatem sobre esse fato, nos posicionamos pela versão da luta pela terra, pelo movimento camponês de resistência exercido pelos caboclos da região ao sentirem-se coagidos pelo Estado e pelas ações empregadas por representantes do coronelismo da região e pelas companhias *Brazil Railway Company* (responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, entre outras ferrovias no Brasil e no mundo) e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* pertencentes ao grupo estrangeiro o *Trust of Toront*, administrado pelo empresário Percival Farquhar.

A luta na Guerra do “Contestado foi o modo possível pelo qual os caboclos disseram “não” ao abrupto avanço das marginalizadoras relações capitalistas em sua área de existência” foi sua defesa contra a “articulação entre poderosas forças econômico-político-sociais (Sindicato Farquhar, “coronéis”, Igreja Católica e Exército) que esmagou a utopia cabocla do contestado” (AURAS, 1991, p. 56).

O discurso oficial da época é de que, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, na região do Planalto Catarinense, o desenvolvimento chegaria para esse grande “sertão”. A população que o habitava foi ignorada por esse discurso e pela mídia, e foi sendo forçada de forma violenta a abandonar o território ocupado há décadas, para dar vez ao “grande dragão de ferro” (o trem), prenunciado pelo monge São João Maria. Fatos que nos levam a considerar que essa população já era invisibilizada, daí a utilização do termo sertão, de que se trataria de uma área

⁸ A outra vertente é a de que seria um conflito de cunho religioso promovido por “fanáticos” que seguiam o profeta São João Maria. O messianismo que foi divulgado para camuflar os verdadeiros interesses por trás desse conflito. Os caboclos tinham sim sua religiosidade e seguiram os conselhos e profecias do monge, mas como uma forma de força, de resistência aos azares que sofriam e não o contrário (WELTER, 2007).

desabitada, uma falácia utilizada pelo Estado na época para justificar a negociação de Terras, madeiras etc. e simplesmente ignorar os caboclos.

O que para uns teria significado de progresso, de desenvolvimento, para outros seria o fim, o seu extermínio. O desenvolvimento regional impulsionado com a chegada da República fez com que acordos fossem realizados desconsiderando um contingente populacional que até então ocupava essas áreas, e que não possuía legalmente a posse das terras. O fato a ser considerado e que à sua época não o foi, é que:

Após e durante todo o período imperial, o Contestado viveu certa autonomia com liberdade, sem ser incomodado pela administração e política de então. Com o advento da República, o Contestado “livre e autônomo” passou a dividir interesses com o governo central e a entrada do capital externo, principalmente a concessão de terras para a construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande (FRAGA; LUDKA, 2012, p. 08).

A companhia Brazil Railway Company, empresa responsável pela construção da ferrovia chegou à região no início do século XX e com ela milhares de homens e máquinas para começar a “desbravar o sertão” e construir os 372 km da estrada de ferro que a cruzaria. Em contrapartida à construção da ferrovia, o Estado concedeu as terras que a margeariam, 15 km de cada lado, o que chegaria a um total de 6.696 km², que na configuração atual corresponderiam a 7% do estado de Santa Catarina (KAISER, 2014, p. 21).

Essas terras consideradas pelo Estado como devolutas, só tiveram a posse respeitada aos coronéis da região (fazendeiros), os caboclos que eram posseiros não foram considerados, isso apesar de terem seus direitos garantidos pela Lei de Terras de 1850. A Lumber que tinha interesses em explorar a área e a floresta que a cobria, não tardou em começar a derrubar a mata e expulsar os seus moradores, para isso contou com a ajuda do Estado e criou seu próprio mecanismo de ataque contratando homens de outras regiões do país para forçar a saída de quem resistisse. Esses sujeitos que ficaram conhecidos como “jagunços” é que teriam começado a “limpeza” da terra.


Durante esse processo, os caboclos que fugiam desses jagunços foram se embrenhando mata adentro e recorrendo aos chamados redutos, que, grosso modo, foram áreas em que essa população encontrou abrigo. Nesses redutos os caboclos recebiam o apoio do monge José Maria, que se tornou um líder para esse povo em vários sentidos, apesar de tê-los auxiliado a resistir e se

defender dos ataques da Lumber, o seu papel espiritual ficou mais conhecido, o que fez com que os caboclos fossem chamados de fanáticos, especialmente pela mídia da época. Esse monge, assim como os outros monges que passaram pela região, peregrinava pelo sul (e não só) do país levando alento para essa população tão carente. Os monges exerciam o papel de curandeiros, com seus chás e remédios retirados da floresta, faziam batizados, benzimentos, orações e aconselhavam toda essa população cumprindo papel de guia espiritual, assim como o fazem os padres em suas paróquias. Por volta de 1912, José Maria se estabelece em Taquaruçu, um desses redutos caboclos, e cria ali uma “farmácia popular” onde atendia gratuitamente quem o procurasse, ele também pregava abertamente sobre os desmandos do governo republicano que explorava essa população (KAISER, 2014). O reduto de Taquaruçu, que ficava entre os municípios de Curitiba e Campos Novos, com o tempo foi tomando corpo, pois centenas de caboclos fugidos dos conflitos com a Lumber e feis seguidores do monge passaram a viver ali sob seus cuidados e orientação, a concentração de pessoas naquela localidade começou a chamar a atenção dos políticos da região, que percebiam todo esse contingente como uma ameaça.

O monge também demonstrava estar contra as ações da república e das empresas em expulsar os caboclos de suas terras, ele pregava a construção de uma “monarquia celeste”, que foi confundida pelos intendentes de Curitiba como uma alusão à antiga monarquia brasileira (FRAGA, 2012b, p. 11). Esse fator teria sido preponderante para a vinda de soldados do exército paranaense, que resultou no primeiro confronto militar em Irani/SC, já que o monge e 30 de seus homens haviam se deslocado para lá. E apesar da desigualdade na capacidade de defesa dos dois grupos, os caboclos resistiram bravamente ao combate, porém, tanto o monge, quanto o comandante do exército foram mortos.

Diversas causas contribuíram para o início da guerra, como retrata Fraga (2006, p. 80), dentre as quais podemos citar um forte “movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais”. A Guerra do Contestado é tratada por Fraga (2006) como um “genocídio”, pois teve como saldo mais de 20.000 mortos, o autor também acrescenta que:

As forças militares que estiveram no Contestado “para impor a ordem à lei, e afugentar bandos de fanáticos” em tarefa que parecia fácil, defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, disciplinado, formado por gente hábil, destemida,



idealista, conhecedora do terreno e dos segredos da natureza, que transformaram em pesadelos as investidas oficiais, ao aplicar táticas de guerrilha, envolvendo os soldados em mortíferas ciladas. Só depois de quase dez mil sepulturas é que as tropas legais se convenceram de que tinham estado diante de um inimigo não inferior, e que a vitória final aconteceu porque a astúcia dos camponeses não resistiu ao poderio bélico e à inteligência e persistência militar (FRAGA, 2006, p. 82).

Com o fim da guerra, nem o processo de expulsão desses sujeitos de seu território, e nem todas as mortes ocorridas nesses longos quatro anos foram capazes de eliminar essa população, os caboclos resistiram, assim como seu modo de vida, sua cultura e religiosidade. A história oral se encarregou de passar sua cultura adiante, bem como, de transmitir e perpetuar os saberes tradicionais acumulados ao longo dos tempos, pois “é a partir da oralidade que os conhecimentos, valores, linguagens, representações, visões de mundo e práticas são transmitidos entre os sujeitos, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente” (PEREIRA; DIEGUES, 2010, P.40). Os caboclos da região do Contestado, seja nos processos que resultaram na Guerra, se intensificando no decorrer dela e no pós-guerra, ou nos processos atuais, foram desterritorializados e apesar de terem sido muitas vezes ignorados e silenciados, eles resistem através da sua cultura, de seus territórios, identidade e da união de seu coletivo em prol do bem comum, mais recentemente, da preservação e redescoberta de sua história.

Outro ponto que deve ser destacado sobre as comunidades estudadas é a importância das tradições para a resistência em seus territórios, para os caboclos, as imaterialidades do território, a religiosidade, as festas, a alimentação e práticas como a coleta do pinhão, das ervas santas e o culto ao Monge, ainda são ritos cheios de significados e que fortalecem esse grupo.

Também percebemos nos diversos campos, eventos, e em entrevistas e conversas informais realizadas com sujeitos na região da guerra, como a população local tem se empenhado em lembrar e valorizar sua própria história, bem como, os locais sagrados e sítios históricos. Todo esse movimento fortalece ainda mais os laços entre os sujeitos e são formas de resistência aos poderes locais, que por vezes tendem a valorizar agentes externos, como feito na época da guerra, e negar as histórias e os fatos/sujeitos locais, o processo de invisibilização nessa região ainda persiste, porém com resistências.

Além de invisibilizadas, essas populações foram estigmatizadas e preteridas também nos discursos dentro do estado, onde sempre prevaleceu a supremacia do labor europeu em detrimento do trabalho dos indígenas, do negro, do caboclo e mesmo do açoriano, que apesar de ser imigrante, também acabou sendo marginalizado. Sobre os caboclos Goularti Filho (2002) destaca que

as condições materiais contribuíram para formar um indivíduo mais próximo da natureza e afastado da lógica mecanicista da cidade. O seu ritmo de vida era ditado pelo tempo natural e não pelo tempo racional. Com isso, foram sendo criados em torno da figura do caboclo os estigmas de vadio, violento, atrasado, relaxado, desconfiado, entre outros (GOULARTI FILHO, 2002, p. 115).

Esses estigmas criados em torno do caboclo também atingem outros povos tradicionais, como os indígenas e os quilombolas, não só em Santa Catarina. Com isso, nos perguntamos como seria então a identidade catarinense? Para Peluso Jr. (1991) a principal causa de distanciamento e falta de uma identidade catarinense até a década de 1980, era o fato de que o estado estava dividido em “ilhas”, não existiam ligações ou redes entre os lugares, entre planalto e litoral, por exemplo. Não havia uma unicidade no estado, muito menos identidade, sendo que o primeiro lugar a demonstrar tal viés, fora a capital, que também tinha a facilidade de reter a maioria dos recursos públicos, já que contava com políticos para sua defesa. E nas demais “cidades e zonas rurais mais afastadas da capital, culpa-se a ausência de cuidados governamentais na região, e a distância que existe entre os lugares que habitam e a ilha de Florianópolis” (PELUSO JR., 1991, p. 271).

Neste ponto discordamos de Peluso Jr., pois consideramos que as condições físicas e o distanciamento por falta de vias que comunicassem os catarinenses, bem como os seus lugares, podem ter facilitado essa falta de ligação entre as diferentes regiões e populações, mas as relações de poder por detrás e os conflitos que ocorreram ao longo do período de formação do estado foram mais contundentes nesse processo. Além das questões referentes aos estigmas em relação a cor de pele e cultura que permaneceram, por isso também as etnias que divergem do perfil étnico eurocentrista sempre foram relegadas e negadas ou como preferimos tratar, invisibilizadas dentro do estado. Como criar uma identidade em um estado que matou grande parte de seus povos originários, depois dizimou uma segunda população que descendeu dessa primeira e dos povos que migraram para cá, os caboclos? Um estado que contou com a formação de um povo a partir do

aniquilamento de outros povos, e com a criação de uma identidade local em pessoas que não a possuíam ainda, pessoas que estavam mais conectadas culturalmente com seus países de origem, do que com o Brasil. Contemporaneamente muitos ainda se dizem primeiramente “alemães”, “italianos”, “poloneses”, mesmo tendo nascido aqui, assim como seus pais. Identidade não pode ser algo forçado, ou artificializado.

Essa “dificuldade” em se criar ou formar uma identidade para os catarinenses levantada por Peluso Jr. (1971) tem seu cerne nas políticas de colonização implementadas na região, que trouxeram o imigrante europeu para introduzir outra mão de obra e outro sistema de colonização da terra.

Sobre essas políticas pautadas na eugenia, e a difusão desse pensamento no estado, é preciso deixar claro que não se restringem ao passado, contemporaneamente ela torna a ser mencionada e até mesmo defendida, como fora o caso de uma reportagem que encontramos, onde o então Governador do Estado, o senhor Luiz Henrique da Silveira publicou em um jornal local, matéria sobre o uso da genética para se evitar filhos “feios e ou idiotas”, em como uma seleção realizada em laboratório poderia corrigir esse tipo de características nos indivíduos. O Jornal a Folha de São Paulo fez então uma matéria com alguns especialistas que combateram as ideias do Governador (figura 02), ultrapassadas e preconceituosas, entre outros adjetivos.

Figura 02 – Reportagem sobre o Governador de SC e a defesa da eugenia



Fonte: Reinaldo José Lopes em Jornal Folha de São Paulo, 06 de setembro de 2005.

Na reportagem da folha, o autor (LOPES, 2005) coloca que “curiosamente” não houve repercussão da matéria do Governador pela população, fora rebatido por outros políticos e amplamente debatido por cientistas que acharam absurdos os comentários do Governador.

O catarinense nativo que já possuía vínculos com os seus lugares e territórios foi ignorado, invisibilizado e muitos mortos, em contraposição, um povo recém-chegado, que demorou em possuir vínculos com o estado e o país é que fora o “escolhido” para ocupar e representar ou dar uma identidade ao estado, já que tinham o perfil idealizado e defendido pelo “determinismo racial” difundido pelos acadêmicos europeus dessa época, e cujos pensamentos também impregnaram as políticas daqui. Desse modo, o Estado deu preferência e incentivos à vinda de europeus, especialmente aos alemães, que eram considerados os melhores povos, agricultores e trabalhadores exemplares, como relata Seyferth (2002, p. 9):

No entanto, através da naturalização da “índole” ou “pendor” agrícola, os colonos alemães ficaram no topo da hierarquização por nacionalidade - mesmo quando criticados por sua irredutibilidade étnica. “A colonização alemã é a que mais convém ao Brasil”: variações dessa frase foram comuns nos textos sobre colonização após 1845, inclusive na “Memória” escrita pelo Visconde de Abrantes e publicada em 1846 quando procurava atrair imigrantes para o Brasil com o beneplácito do governo prussiano, expressando opiniões reformistas sobre liberdade de culto, naturalização, escravidão e propriedade da terra.

O fato de serem ocidentais e cristãos também influenciava nas decisões, pois nesse período impregnado pelo eurocentrismo, um povo só seria considerado civilizado, se já fosse um povo catequisado (Id., 2002) e branco, com isso excluíram das correntes migratórias “aceitáveis” os africanos e asiáticos, que também não se enquadravam no perfil étnico escolhido pelo Estado, pois eram semelhantes aos nossos nativos e mestiços. Como não existia uma migração espontânea desses povos para o Brasil, o Estado teve que incentivar e arcar com muitas das despesas, além de possibilitar a propriedade privada das terras devolutas aos imigrantes (esse seria um dos propulsores da lei de terras de 1850) (SEYFERTH, 2002). Segundo Vainfas (2002, p.152) a escolha do imigrante branco europeu está pautada “na convicção de que o branco seria o elemento capaz de transformar o Brasil numa nação civilizada, posto que africanos e asiáticos eram tidos como racial e culturalmente inferiores”.

Outro ponto que não é tratado pela grande maioria dos autores que escreveram sobre a colonização europeia ou sobre a formação sócio-espacial de Santa Catarina é esta questão étnica racial por traz das políticas de imigração, já que existiu um debate acerca das melhores “raças” para povoar o país, e o sul principalmente. E os alemães e italianos foram os grupos procurados pelas agências de imigração do Estado brasileiro por se enquadrarem nesse perfil, que envolvia a questão étnica e do labor, onde os sujeitos deveriam ser agricultores, artesãos ou soldados, preferencialmente com famílias imigrando junto, além da religião, o “ser ordeiro” e caucasiano (SEYFERTH, 2002).

De acordo com Seyferth (2002) e Bissigo (2009) no Brasil houve duas etapas de imigração europeia via agências de imigração do Estado, a primeira etapa teve início em 1819 com a criação de Nova Friburgo e a chegada de colonos Suíços numa tentativa de modificar o sistema agrícola então em voga no país, foi até 1830 “quando a oposição parlamentar aprovou uma lei que impedia gastos com a imigração o que, na prática, inviabilizou o agenciamento, pois não existia um fluxo espontâneo para o Brasil” (SEYFERTH, 2002, p. 4). Segundo esta autora o último ato referente aos processos colonizadores no império foi a criação da colônia de alemães de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina (1829). A segunda etapa da imigração se deu em 1845 e começou com:

A localização de alemães no Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul), a partir de São Leopoldo, em Santa Catarina (no Vale do rio Cubatão), nas terras altas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Houve um investimento claro na imigração alemã expressada através da representação diplomática brasileira em Berlim, chefiada pelo Visconde de Abrantes, juntamente com o debate sobre a necessidade de regulamentar a posse e a propriedade da terra - que, afinal, resultou na lei 601 (Lei de Terras), de 1850, um passo decisivo para incrementar a colonização (SEYFERTH, 2002, p. 4).

Concomitante ao reinício da colonização com os europeus e a criação da Lei de Terras, também se deu a proibição do tráfico de escravos com a Lei Euzébio de Queirós (Id., 2002), ações engendradas pelo Estado e que resultaram no parcelamento do solo do sul do país em pequenas propriedades para os imigrantes e no total abandono dos ex-escravos, que foram depois dispensados dos seus trabalhos e acabaram indo para as cidades onde se tornaram mão de obra barata. A substituição da mão de obra escrava pelos assalariados foi uma das necessidades do capitalismo que se instaurava no país.

Apesar de serem políticas vindas de cima para baixo, ou seja, ações orquestradas pelo Estado para colonizar e povoar o restante do país via colônias de imigrantes, os discursos que justificaram essas ações estavam disseminados pelos demais membros da sociedade, como se pode ver nesse relato feito por um padre, Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva, sobre a colônia alemã de São Pedro de Alcântara (SC):

Forçoso é concluir que não pequena utilidade tem tirado a província de Santa Catarina com o estabelecimento da colônia de S. Pedro de Alcântara em seu território. (...) Os indígenas, que outrora infestavam o continente a ponto de se aproximarem da capital em distância menor de cinco léguas, hoje amedrontados pela vizinhança dos colonos tem abandonado esses lugares, de modo que um só já não aparece na longa estrada de 34 léguas, que comunica a vila de S. José com a de Lages. Hoje o viajante caminha tranquilo, não teme a flecha do Bugre; e o lavrador habitando solitário esses sertões, goza das delicias do campo, sem recear os perigos do ermo. À vista das vantagens que esta província tem obtido com a colônia alemã (...) forçoso é confessar que a colonização alemã é a que unicamente pode utilizar ao Brazil. (...) os Alemães são industriosos, sinceros, e a constância que os caracteriza não os deixa desanimar à vista do trabalho. São estes os verdadeiros colonos de que o Brasil precisa, e para cujo engajamento se deve fazer os maiores sacrifícios. (PAIVA, 1846, p. 519-520; apud SEYFERTH, 2002, p. 10).

Nesse depoimento publicado em sua biografia em 1846 podemos perceber vários equívocos, os indígenas em sua maioria foram mortos e escravizados e não fugitivos “amedrontados” com a chegada dos imigrantes, muitos inclusive mortos pelos próprios imigrantes. E o lavrador não habitou solitário o sertão, muitos caboclos viviam na região ainda, pois o relato dele é de 1846, período anterior a Guerra do Contestado. Esse é apenas um exemplo da origem dos discursos que ainda pairam sobre o estado, que exaltam o trabalho dos imigrantes e sua superioridade em relação aos povos tradicionais. Bem como, dos mitos criados Brasil a fora, como o dos “sertões”, dos “rincões” e das terras desabitadas, que serviram para camuflar ou encobrir o derramamento de sangue dos nossos povos originários, “invisíveis” desde a chegada daqueles que não os quiseram ver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos nossa pesquisa de doutoramento tínhamos uma ideia prévia sobre a desterritorialização sofrida pelos povos tradicionais em Santa Catarina, bem como, o impacto que

esse evento trazia para a vida desses povos, mas ainda não tínhamos percebido esses outros elementos, que desagregam tanto quanto a perda do território, como a questão da invisibilidade, que percebemos como um fenômeno subsequente, e a questão do branqueamento, a negação de suas existências pela sociedade em geral e pelo Estado. Percebemos que a intensão era mesmo a do genocídio, da eliminação dessas etnias, haja vista que tal política se tornou constitucional em 1934, no artigo 138. E que as investidas de colocá-la em prática através do incentivo das migrações de europeus para o estado, se observarmos os dados de 2010, nos dão a impressão de que funcionaram, se Santa Catarina foi pensada como um “laboratório” populacional que tinha a função de produzir uma população branqueada, através desses dados temos a impressão de que “deu certo”, já que do total de 6.248.436 habitantes, 5.246.868 habitantes do estado são considerados brancos (IBGE, 2010).

Sobre a desconsideração dos povos e a história dos lugares, no final de 2019, tivemos a triste notícia de que os membros e responsáveis pela Instância de Governança Regional (IGR) do então “Vale do Contestado”, em reunião e sem consulta pública prévia, resolveram mudar o nome da mesma, para “Vale dos Imigrantes”. Para algum desavisado isso pode parecer algo banal, corriqueiro, mas não o é. É mais um ataque aos caboclos que morreram na guerra, essa é mais uma tentativa de invisibilizá-los, de negá-los. Essa alteração no nome da região despreza os fatos históricos que a marcaram, menospreza as milhares de pessoas que morreram em decorrência da Guerra do Contestado e que merecem ser lembradas cotidianamente naquela região. Mais uma vez as decisões sobre uma região são tomadas por uma minoria que detém o poder político e financeiro.

O povo caboclo de Santa Catarina sempre foi negado, rejeitado enquanto um povo do estado e ao resistir bravamente durante a Guerra do Contestado, ele foi então invisibilizado. Essa é a tese defendida em nosso doutoramento e que a cada nova leitura e novas informações sobre a região vai se confirmando, se tornando cada vez mais contundente. Inicialmente no século XIX no Império, eles eram tratados como inexistentes ou já invisíveis, por habitarem uma grande área sem muita circulação, com exceção dos tropeiros, e de fato desconhecida pelo restante da população, e depois com o início da República (1889), eles continuaram nessa condição passando a ter “visibilidade” somente com o início dos conflitos com a Lumber, e de forma mais intensa durante o período da Guerra. Tornaram-se visíveis de forma extremamente equivocada e por que haviam

se tornado um empecilho aos interesses das elites da época, eram tratados como “fanáticos”, bandidos, “jagunços” e não como povo brasileiro legítimo que sempre foram. Povo Catarinense!

REFERÊNCIAS

- AURAS, M. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- AURAS, M. **Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Educação, São Paulo, 1991. 415 p. (Tese de Doutorado).
- BRANDT, M. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização**. Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Geografia, 2007. 310 p. (Dissertação de Mestrado).
- EHLKE, C. **A Conquista do Planalto Catarinense**. Florianópolis: Ed. UDESC, 1973.
- FRAGA, N. C. **Contestado Redes no Geográfico**. Florianópolis: Insular, 2017.
- _____. **Contestado em Guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012.
- _____. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma análise acerca da formação territorial do Sul do Brasil**. (Tese de Doutorado). Curitiba/ PR, UFPR, 2006.
- GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- KAISER, J. **Guerra do Contestado: a revolta dos caboclos no sertão catarinense**. Florianópolis: Letras brasileiras, 2014.
- PASA, V. O ethos do povo marcado pela guerra do Contestado. 2016. Dissertação (Mestrado em Bioética) Centro Universitário São Camilo, São Paulo/SP.
- PELUSO JR., V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.
- PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR.
- PEREIRA, O. D. **O cinquentenário da guerra sertaneja do Contestado: Paraná – Santa Catarina**. Revista Civilização Brasileira, n. 9-10, p. 223 -246. Ed. Civilização Brasileira, 1966.
- QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social**. 2ªed. São Paulo, Ática, 1966.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade (ensaios)**. Petrópolis: ed. Vozes, 1982.

II CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
IV COLÓQUIO DE GEOGRAFIAS TERRITORIAIS PARANAENSES
XXXVI SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL

18, 19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2020



_____ **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

SEYFERTH, G. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil.** Revista USP, (53), 117-149. In: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149>

WELTER, T. **O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina.** 2007. 338 p. Tese (tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.